

'Sem o Brasil, a Alca será algo limitado'

Presidente diz que a sociedade está mais consciente da importância da Área de Livre Comércio das Américas

ENTREVISTA

Fernando Henrique

Entre 20 e 22 deste mês, 34 chefes de Estado eleitos democraticamente se reunirão em Quebec, no Canadá, para ratificar o primeiro esboço do que será a Área de Livre Co-

mércio das Américas (Alca), elaborado em Buenos Aires, semana passada. Em entrevista ao GLOBO, o presidente Fernando Henrique Cardoso afirma que, sem o Brasil, a Alca será algo menor. E convida o Congresso brasileiro a participar de todo o processo

que está por vir. O presidente considera fundamental a aprovação de um mandado negociador pelo Legislativo americano, para que os congressistas não alterem o conteúdo dos acordos comerciais firmados pelo presidente dos EUA, George Bush.

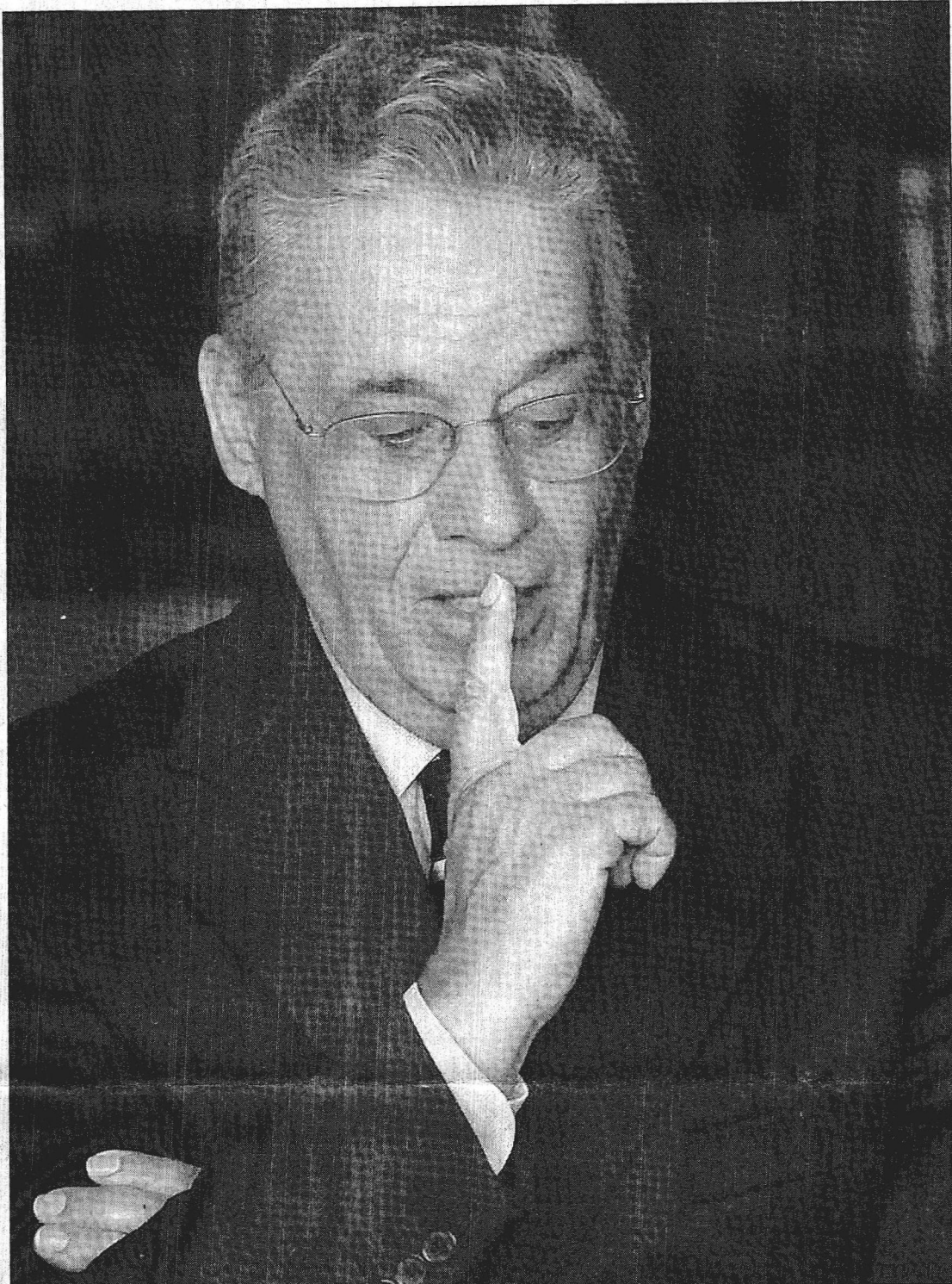
Eliane Oliveira

O GLOBO: O que é mais importante: o Brasil para a Alca, ou a Alca para o Brasil?

FERNANDO HENRIQUE: Acho que, sem o Brasil, não haverá propriamente uma Alca, mas algo menor, mais limitado. Afinal, somos a maior economia da América Latina, e um mercado hemisférico sem o Brasil pode ser um mercado, mas não será hemisférico. O Brasil, portanto, é importante para a Alca. Mas acho, também, que a Alca pode ser importante para o Brasil, na medida em que signifique um esforço geral de liberalização comercial que atenda a todos, que não exclua, que ajude no maior acesso aos mercados para os países em desenvolvimento das Américas.

• Como conscientizar a opinião pública e o Legislativo sobre a importância da Alca?

FERNANDO HENRIQUE: A negociação da Alca interessa ao Brasil inteiro. É um assunto da sociedade, não exclusivamente do governo. Por isso temos estimulado o amplo debate em torno do tema, com a participação de todos os setores: empresários, trabalhadores, acadêmicos, políticos, parlamentares etc. Sem dúvida, o assunto já ocupa hoje um espaço na agenda pública mais amplo que algum tempo atrás. A tendência é que se torne uma questão permanente. Aliás, mostra aquilo que eu tenho dito: cada vez mais, política externa é política interna. É a internalização do mundo no Brasil, como já disse o chanceler Celso Lafer. A participação do Legislativo é essencial, e tanto é assim que convidei para integrar minha comitiva à Cúpula de Quebec um grupo de parlamentares, inclusive da oposição. Uma de minhas preocupações no estágio atual das negociações foi justamente a de assegurar um espaço de tranquilidade para que o país possa tomar, no devido tempo, as decisões



O PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: "Cada vez mais, política externa é política interna"

necessárias. O próximo governo terá, assim, amplo espaço para refletir e julgar o que é melhor para o país, de acordo com as normas constitucionais.

• O Brasil condiciona as negociações da Alca à aprovação da Autorização para Promoção

Comercial (o fast track)? E se o Congresso dos EUA introduzir temas ambientais e trabalhistas, junto com sanções comerciais nessas áreas?

FERNANDO HENRIQUE: Para que seja possível o êxito em uma negociação é preciso que todos os lados envolvidos estejam plenamente habilitados

a participar, em condições de igualdade, e estejam habilitados a assumir compromissos. A única reserva que normalmente se observa no direito internacional, imposta pelo próprio sistema democrático, é a necessidade de que os resultados das negociações sejam posteriormente submeti-

dos, em cada país, à respectiva autoridade legislativa. Isso é normal na diplomacia. O que não é normal seria que, após uma negociação, o Congresso de um país tivesse a prerrogativa de reabrir unilateralmente pontos específicos de um tratado que é, necessariamente, um todo equilibrado, onde o acordo sobre cada ponto depende do acordo global, em conformidade com o princípio do single undertaking. Se o Congresso de um país tivesse essa prerrogativa, todos deveriam ter. Isso seria equivalente a inviabilizar qualquer resultado em uma negociação desse tipo. Quanto à introdução de temas ambientais ou trabalhistas, a posição do Brasil é clara: ninguém está mais empenhado do que nós em melhorar as condições de trabalho e de meio ambiente em nosso país. É um interesse nosso, mais do que qualquer outra coisa. Algo inteiramente diferente é usar esses temas como pretexto para impor condicionalidades ou sanções. O livre-comércio é um instrumento para o desenvolvimento. Colocar o desenvolvimento como precondição para o livre-comércio é pôr o carro na frente dos bois.

• A extensão da cláusula democrática do Mercosul à Alca seria uma idéia para garantir a democracia no hemisfério?

FERNANDO HENRIQUE: A idéia de que a democracia é um valor fundamental para os países do Mercosul está enraizada em nossas sociedades. Desde que superamos as experiências de autoritarismo, o regime democrático foi consolidado e, agora, o que se busca é torná-lo irreversível, como acredito que já conseguimos fazer no Brasil e, também, como acredito que os países vizinhos já dão mostras de ter feito. Hoje, estamos em uma etapa mais avançada, pois o que se discute é o tema do aperfeiçoamento da democracia. E aperfeiçoar a democracia é uma tarefa complexa,

pois não envolve apenas a regularidade de eleições livres, mas muitos outros aspectos, como a participação da sociedade civil, a transparência das instituições, o acesso aos meios de comunicação, a segurança jurídica. E, sem dúvida, um avanço específico que tivemos na região é a noção de que a democracia do país vizinho, com a sua preservação e o seu fortalecimento, é importante para a democracia no seu próprio país. É um reforço mútuo entre os regimes democráticos. Daí porque surgiu no Mercosul, pouco tempo atrás, a idéia da "cláusula democrática", que estabelece que países que violem as regras da democracia estão automaticamente excluídos ou suspensos do bloco. Enfim, é uma sanção política forte, e por isso qualquer país que caminhe para uma aventura antidemocrática pensará duas vezes antes de fazê-lo.

• Para o Brasil, o que é mais importante: a Alca ou um acordo com a União Européia?

FERNANDO HENRIQUE: Os dois podem ser importantes. O Brasil tem um comércio exterior razoavelmente equilibrado entre a União Européia, o Nafta e a América Latina. Temos, por isso, insistido em que as negociações da Alca e do acordo Mercosul-União Européia avancem paralelamente. A economia brasileira é demasiado grande e complexa para ficar restrita à dimensão regional ou hemisférica. Em outras palavras, não podemos ficar só com a Alca. Nossas opções são globais. Queremos, sim, uma expansão do comércio com a União Européia, e para isso é preciso derrubar as barreiras protecionistas. Mas, como pude apreender das conversações que tive aqui no Brasil com o primeiro-ministro da França, Lionel Jospin, temos confiança em que existe no lado europeu uma disposição favorável a levar a bom termo essas negociações. ■

Arquivo